



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete da Deputada Rogéria Santos | REPUBLICANOS/BA

## **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA**

### **PROJETO DE LEI Nº 3990/2019**

Obriga a prestação de contas e fiscalização dos recursos aplicados em políticas públicas de atendimento ao idoso.

**Autor:** Deputado JUNINHO DO PNEU

**Relatora:** Deputada **ROGÉRIA SANTOS**

#### **I. RELATÓRIO**

Trata-se do PL nº 3.990, de 2019, de autoria do Deputado Juninho do Pneu, que altera a redação do art. 84 da Lei nº 10.741, de 2003 – Estatuto do Idoso –, para dispor à obrigação da prestação de contas e fiscalização dos recursos aplicados através de multas e outros meios na gestão de políticas públicas de atendimento a pessoa idosa.

A proposta ainda prevê que o Ministério Público exigirá anualmente a prestação de contas da destinação dos referidos recursos e fiscalizará sua aplicação em políticas públicas de atendimento ao idoso.

O autor justifica que a ideia central da proposta é “a efetivação de fiscalização e controle por meios legais no fundo do idoso, o que resguarda e garante a aplicabilidade desses valores na efetiva garantia dos direitos dos idosos”.

Para o parlamentar a aplicabilidade da garantia de recursos ao meio das políticas públicas adequada aos idosos é de suma importância, e com isso se faz necessário uma fiscalização e controle de porte elevado e garantido em legislação que conduza as possíveis divergências de gastos.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Rogéria Santos | REPUBLICANOS/BA

A matéria foi distribuída às Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; Finanças e Tributação (art. 54 do Regimento Interno); e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do Regimento Interno).

Em 18/12/2022, apresentação do parecer na Comissão de Defesa da Pessoa Idosa pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.990, de 2019, na forma do Substitutivo anexo.

Com o fim de Legislatura e instalação dessa comissão fui designada relatora.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

**É o relatório.**

## II. VOTO DA RELATORA

Conforme art. 32, inciso XXV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esta Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa a análise do mérito do presente Projeto de Lei, bem como nos termos do art. 129, inciso II, do mesmo Regimento, cabe a esta Relatora a apresentação de opinião sobre a conveniência da aprovação ou rejeição, total ou parcial, da matéria, ou sobre a necessidade de dar-lhe substitutivo ou oferecer-lhe emenda.

A Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, criou o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI) e instituiu o Fundo Nacional para Idoso, através da Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010.

Nos termos do art. 7º da referida Lei compete aos Conselhos a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Rogéria Santos | REPUBLICANOS/BA

administrativas. Por sua vez, conforme dispõe o art. 10, do mesmo diploma legal, o Fundo se destina a financiar programas e ações relativas a pessoa idosa, visando assegurar os seus direitos sociais e integrá-los ativa e efetivamente a sociedade.

Neste contexto, junto com a criação do Conselho Estadual ou Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, é fundamental que o Estado bem como o Município institua o Fundo Estadual ou Municipal da Pessoa Idosa por ser um importante instrumento para viabilizar a captação de recursos que se destinam, exclusivamente, às ações voltadas ao atendimento do idoso, sendo a aplicação orientada e supervisionada pelos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa, conforme plano de aplicação de recursos a ser por ele produzido.

As contribuições realizadas aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso podem ser deduzidas do Imposto de Renda da Pessoa Física (até o limite de 6% do imposto devido) ou da Pessoa Jurídica (até o limite de 1% do imposto devido), como forma de contribuir com projetos de convivência familiar e comunitária, bem como de apoio a iniciativas dos Conselhos de Direitos dos Idosos nos diferentes entes da Federação.

Logo, a captação de recursos para os Fundos da Pessoa Idosa no Brasil consiste, prioritariamente, em doações. Conforme Informações da Receita Federal divulgadas em agosto/2020 referentes às doações recebidas, foram entregues R\$ 22.823.152,19 (vinte e dois milhões, oitocentos e vinte e três mil, cento e cinquenta e dois reais e dezenove centavos) a 428 (quatrocentos e vinte e oito) Fundos da Pessoa Idosa, correspondendo a 21.297 (vinte e uma mil, duzentos e noventa e sete) doações.

Os Fundos são, portanto, fundamentais para viabilizar a implementação de políticas públicas efetivas voltadas à proteção e promoção dos direitos da pessoa idosa, inclusive possibilitando melhorar a qualidade de vida, em atendimento à Política Nacional do Idoso e ao Estatuto do Idoso.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Rogéria Santos | REPUBLICANOS/BA

Neste sentido a presente proposição é meritória na medida em que avança ao destinar os recursos das multas administrativas e judiciais constante no Estatuto da Pessoa Idosa, de modo proporcional aos Estados e Municípios onde foram aplicadas, tendo por critério os valores nominais.

Diante do exposto, quanto ao mérito, nosso voto é pela aprovação do PL nº 3.990, de 2019, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2023.

**Deputada ROGÉRIA SANTOS**

**Relatora**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete da Deputada Rogéria Santos | REPUBLICANOS/BA

## **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA**

### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.990, DE 2019**

Estabelece critério para destinação dos recursos das multas previstas no Estatuto da Pessoa Idosa e dispõe sobre a fiscalização de sua aplicação em políticas públicas de atendimento a Pessoa idosa.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 84 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências, a fim de estabelecer critério para destinação dos recursos das multas previstas no Estatuto da Pessoa Idosa e dispor sobre a fiscalização de sua aplicação em políticas públicas de atendimento a pessoa idosa.

Art. 2º O art. 84 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar acrescido dos §§ 2º, 3º e 4º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 84. -----

§ 1º (renumerado) -----

§ 2º Os recursos das multas revertidos aos fundos previstos no caput serão destinados proporcionalmente aos Estados e aos Municípios onde foram aplicadas, tendo por critério seus valores nominais.

§ 3º Enquanto o fundo não for regulamentado, o dinheiro ficará depositado em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária.

§ 4º Os Tribunais de Contas fiscalizarão anualmente a aplicação dos recursos das multas destinados aos fundos previstos no caput em políticas públicas de atendimento a pessoa idosa.”  
(NR).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**Deputada ROGÉRIA SANTOS**

**Relatora**

